

O IMPACTO DAS POLÍTICAS PARA MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

BERGER, Miguel André –NPGED/UFS

GT: Educação Fundamental /n.13

Agência Financiadora: CNPq

INTRODUÇÃO

A seletividade do sistema educacional brasileiro é um aspecto evidente em muitos documentos estatísticos, que analisados por vários estudiosos, atestam-se a não democratização da escola pública.

A escola de ensino fundamental continua produzindo o analfabetismo, através de processo de exclusão, pois muitos alunos repetem uma ou mais vezes e se evadem por se considerarem fracassados. O fracasso, no entanto, resulta da escola pautada no modelo burguês que não proporciona condições de atendimento aos anseios das camadas populares porque busca corresponder aos interesses da classe dominante. Segundo BOURDIEU, apud OLIVEN (1981:54) “a *escola não é neutra*”. O que a escola usualmente rotulava como desigualdades individuais de dom, passou a ser visto como desigualdades sociais que a escola, através de ações diferentes, mantêm e reforça a fim de atender aos interesses de certos grupos detentores do poder.

Para as classes que detém o poder não interessa a generalização da alfabetização, pois, como coloca COOK-GUMPERZ (1991:33), “*alfabetização é um poder muito perigoso para a maioria das classes trabalhadoras*”. Uma população alfabetizada e consciente da sua situação de exploração pode travar várias lutas e conquistas, afetando a concentração do poder por uma minoria. Desta forma, a escola vai marginalizando e excluindo a criança desde as séries iniciais. No desenvolvimento do processo de alfabetização, a escola impõe e valoriza um dialeto diferente do dialeto utilizado pela criança em seu grupo social. Trabalha-se a aquisição de habilidades de ler e escrever de forma mecânica, sem contextualizá-las ou torná-las significativas para a criança. Na maioria das vezes, a utilização destas práticas é consequência da formação inadequada do professor, através dos cursos de habilitação para o Magistério, bem como de suas precárias condições de trabalho e mínimas oportunidades de aperfeiçoamento profissional.

Diante destas constatações, várias estratégias políticas e ações começaram

a ser desencadeadas, em nível mundial com repercussão nacional e estadual, a partir de 1990, denominada a “década da Alfabetização”, a fim de diminuir os índices de analfabetismo e de exclusão social.

A Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, em convênio com a UFS e UNICAMP, promoveu o Curso de Especialização em Alfabetização, visando compor um grupo de especialistas para análise, busca de estratégias e promoção de situações de capacitação aos professores atuantes na rede.

O Departamento de Educação da UFS, por sua vez, promoveu estudos e discussões que culminaram com o redimensionamento do Curso de Pedagogia, priorizando a formação de profissionais para atuar na pré-escola e nas séries iniciais do ensino fundamental.

A intenção desta pesquisa foi a de analisar a situação do ensino nas classes de alfabetização e manter contrapontos com os resultados de estudos realizados em 1982 e 1983 (PROJETO INTERDEPARTAMENTAL INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE/ENSINO DE 1º GRAU, 1983), a fim de analisar o impacto destas políticas e ações, nesse espaço de 20 anos, e obter sugestões que favoreçam a revisão/tomada de decisões por parte dos dirigentes e das instituições voltadas para a formação do professor.

II – COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O termo alfabetização é comumente utilizado por profissionais sem, contudo, haver um consenso sobre o que se entende por tal processo, sua dimensão e as contribuições das várias áreas do conhecimento a fim de se ter uma visão globalizada dele.

SOARES (1985) comenta que muitos professores concebem a alfabetização como o ato de aprender a ler e escrever, como um processo mecânico de aquisição da língua oral e escrita, e não como um processo de desenvolvimento da língua. Este processo é sistematizado pela escola que, como instituição, se converte em guardiã desse objeto social - que é a língua escrita, e solicita do sujeito, em processo de aprendizagem, uma atitude de respeito cego diante deste objeto (FERREIRO, 1988), o qual deve ser contemplado e reproduzido fielmente, sem modificação.

O processo de alfabetização concebido como uma suposta relação entre estímulos visuais e respostas sonoras, consistindo no jogo combinatório grafia-som e som-grafia, desenvolveu-se frente às contribuições da Psicologia Comportamentalista, tendo como base a tendência Associacionista (SOARES, 1991). Nesta concepção, ler e escrever são comportamentos complexos que devem ser desmembrados em uma cadeia de comportamentos simples que, a partir do controle das respostas dadas aos estímulos, a criança vai dominando tais habilidades. Defende-se também que o ser humano só aprende o que lhe ensina; que existe hora e lugar definido para alguém aprender algo novo; que a leitura e a escrita são conhecimentos exclusivamente escolares. Nesta perspectiva, quando as crianças estiverem prontas, o que também é determinado pela escola, basta fazer com que decorem as palavras e, depois, suas partes, gradual e lentamente, seguindo a ordem estabelecida pelo professor ou por algum manual.

As questões que mais preocupavam os professores estavam ligadas ao melhor método, aos melhores instrumentos para se ensinar e à melhor condição de o aluno aprender.

A tendência Psicogenética começa a se fazer presente nos estudos analisados por SOARES, quando as contribuições de PIAGET e FERREIRO são divulgadas no Brasil nos anos de 1980. Estas proposições concebem “ *a aquisição da língua escrita como um processo de progressiva descoberta da escrita pela criança, sujeito cognoscente, e não aprendiz a ser treinada*” (SOARES, 1991:60). Nesta concepção, alfabetizar significa apreensão e compreensão de significados por meio da língua escrita. A prioridade do trabalho pedagógico deve estar nos usos da língua escrita e nas interações (transações) que a criança faz com os escritos no seu cotidiano.

A linguagem escrita não é vista como um código a ser decifrado, mas como um objeto do conhecimento a ser construído. Na prática escolar, são enfatizadas as atividades que favorecem o convívio da criança com os escritos, valorizam-se suas experiências e condutas, sua capacidade de expressão, suas produções e as hipóteses explicativas que vai desenvolvendo sobre a escrita.

Tais concepções de alfabetização também influem na atuação do professor. Na primeira concepção, o professor se coloca como o dono do código, do saber a ser assimilado pela criança, enquanto que, na concepção construtivista, o professor assume o papel de mediador entre a criança e o código escrito, estimulando a

criança no processo de construção do conhecimento.

Estudo realizado sobre a situação do ensino nas primeiras séries, em 13 escolas da Aracaju constatou o predomínio da primeira concepção de alfabetização bem como o nível de desempenho das escolas, as quais foram divididas em dois grupos. O grupo 1 era formado pelas escolas localizadas nos bairros centrais de Aracaju, as quais muito diferiam das localizadas nos bairros periféricos (grupo 2). Essas escolas não tinham uma infra-estrutura adequada nem condições satisfatórias de funcionamento e higiene. Além disso, grande número de turmas e de alunos não eram nem assistidas por projetos e nem dispunham de cartilhas para nortear o trabalho pedagógico. Os professores demonstravam, em sua maioria, grande insatisfação, tanto profissional como pessoal, tendo em vista as precárias condições de trabalho. Grande parte dos professores tinha curso de formação em nível de 2º grau (74%) e sentia muitas dificuldades em sistematizar o processo de alfabetização.

As escolas analisadas apresentavam baixo índice de produtividade. Os índices de repetência e evasão eram elevados nas escolas do grupo 2, 31% e 21%, em comparação ao grupo 1, 26,2% e 18,2%, respectivamente.

Diante desta situação, buscou-se analisar o impacto e a contribuição da concretização das políticas e ações desencadeadas pela SEEC e UFS, para reverter esse quadro.

III - OBJETIVOS

Os seguintes objetivos nortearam este estudo:

- traçar um perfil do corpo técnico-administrativo-pedagógico, docente e discente atuante nas classes de 1º série do ensino fundamental de escolas da rede estadual;

- analisar a prática pedagógica e as concepções que norteiam o processo de alfabetização;

- analisar as condições administrativas e pedagógicas, bem como os fatores facilitadores e interferentes do trabalho pedagógico;

- contrapor a situação do ensino em momentos anteriores (1983) e na atualidade, a fim de verificar os avanços, retrocessos e interferências que se fizeram e

ainda se fazem necessários.

IV - METODOLOGIA DE ESTUDO

Neste estudo de natureza exploratória utilizou-se dos procedimentos da pesquisa quantitativa e qualitativa, priorizando a técnica da observação da escola e do trabalho pedagógico para análise de como a prática da alfabetização se concretizava no cotidiano escolar. Entrevistas semi-estruturadas foram efetuadas junto ao corpo técnico-administrativo e pedagógico para verificar como planejam o trabalho escolar, os critérios para designação dos professores, o tipo de orientação dispensada aos docentes e material didático utilizado.

V – RESULTADOS

As escolas localizadas na área central continuam desfrutando de professores graduados e de melhores condições materiais, poucas turmas de 1º série, com número ideal de alunos em sala, em detrimento das escolas do grupo 2. A situação atual do ensino difere muito da constatada no estudo elaborado em 1983, quando os docentes dispunham de projetos (Programa Alfa) e de orientação de especialistas envolvidos no Projeto COTEP para subsidiar o trabalho docente.

Tanto a direção como a equipe de especialistas atuantes na grande parte das escolas não têm uma proposta para subsidiar o trabalho docente, que continua sendo individual e isolado, pois nessas escolas não existem momentos comuns para discussão e troca de experiências. Somente em duas escolas da área central, os professores desenvolvem a prática de alfabetização, baseando-se em princípios construtivistas. Nas demais, impera o processo alfabético.

No primeiro estudo constatou-se que os índices de aprovação/reprovação e evasão giravam em torno de 43,5%, 31% e 21% respectivamente, apresentando as escolas de periferia índices maiores de reprovação e evasão. Essa situação pouco se alterou, nesse período de 20 anos. Há um empenho de algumas escolas em elevar os índices de aprovação, mas a evasão pouco diminuiu.

A descontinuidade administrativa nos órgãos dirigentes contribuiu para o esfacelamento do grupo de especialistas e o término do Projeto de Orientação às

escolas.

As mudanças efetuadas no Curso de Pedagogia da UFS vêm favorecendo a formação de educadores mais críticos e embasados para atuar junto às classes de alfabetização, mas a ausência de um plano de inserção do profissional junto às séries iniciais e as precárias condições de trabalho e oportunidades de capacitação ainda se fazem presentes.

Os professores e especialistas envolvidos nessa pesquisa dão várias sugestões aos órgãos gestores bem como às instituições de formação em termos da redefinição das políticas e ações que favoreçam o trabalho do educador e a inclusão e o sucesso da criança no processo de escolarização.

BIBLIOGRAFIA

COOK-GUMPERZ, J. (coord) **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1991.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo, Cortez Editora. 1988.

OLIVEN, A. C. Aspectos sociológicos e a alfabetização. In: **Educação e Realidade**. 6(3): 51-56, set/dez, 1981.

SOARES, M. B. As muitas facetas da alfabetização. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. (52): 19-25, fev 1985.

UFS/PROSGRAD/MEC/FINEP. **Projeto Interdepartamental: Integração Universidade / Ensino de 1º Grau**. Aracaju, 1983. Vol. 1